



DOCUMENTO

ENTRE PRESENCAS E AUSÊNCIAS: INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDUCATIVO E RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA DE MARIA APARECIDA FIGUEIREDO NO MEMORIAL PADRE CARLOS EM POÇOS DE CALDAS¹

Maria Augusta Gentilini²



RESUMO

O presente artigo discute o papel da interpretação do patrimônio educativo a partir do estudo de caso do Memorial Padre Carlos, criado em 2003 junto à Escola Profissional Dom Bosco (Poços de Caldas, MG), com o objetivo inicial de preservar a trajetória de seu fundador e a memória institucional. Embora concebido como espaço de salvaguarda, o memorial privilegiou uma narrativa centrada na figura do sacerdote, secundarizando a participação de Maria Aparecida Figueiredo, cofundadora e personagem fundamental para a consolidação histórica e social da obra. A partir dos referenciais teóricos da interpretação do patrimônio, da memória coletiva e dos lugares de memória, analisa-se como o estranhamento manifestado pela comunidade escolar, a partir de 2009, desencadeou um processo de revisão dessa narrativa. Evidencia-se como a participação comunitária tensionou o discurso consolidado, favorecendo a incorporação de documentos, objetos, fotografias e testemunhos que ampliaram a representatividade local. Argumenta-se que a reinserção de Maria Aparecida Figueiredo constitui um processo de democratização e ressignificação do patrimônio educativo. Conclui-se que os espaços patrimoniais vinculados às instituições escolares são construções sociais dinâmicas, permanentemente abertas ao diálogo e à inclusão de sujeitos historicamente invisibilizados.

Palavras-chave: Patrimônio educativo; Memória coletiva; Interpretação do patrimônio.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre patrimônio cultural têm ampliado significativamente sua compreensão acerca dos processos de preservação da memória social. Se anteriormente o patrimônio era frequentemente associado à conservação de monumentos, edifícios históricos e objetos considerados excepcionais, atualmente ele é entendido segundo Choay (2017) como uma construção cultural complexa, produzida por meio de escolhas, disputas simbólicas e processos de atribuição de significados.

Essa ampliação conceitual permitiu reconhecer que o patrimônio não é composto apenas pelos vestígios materiais do passado, mas também pelas narrativas, experiências e memórias

¹ Agradecimentos ao Memorial Padre Carlos (Poços de Caldas - MG) pelo apoio institucional imensurável, pela recepção e pela concessão e empréstimo dos materiais de seu acervo, fundamentais para a realização e enriquecimento desta pesquisa.

² Comunidade Lusófona de Interpretação do Patrimônio, CLIP, Portugal, gutagentilini@hotmail.com.



que os diferentes grupos sociais constroem em torno desses bens (Halbwachs, 2006). Nessa perspectiva, os espaços museológicos e memoriais deixam de ser vistos como simples depositários de objetos históricos para assumir o papel de mediadores culturais responsáveis pela interpretação e comunicação de significados.

No campo da História da Educação, tais reflexões deram origem ao conceito de patrimônio educativo, entendido como o conjunto de bens materiais e imateriais produzidos pelas instituições de ensino ao longo de sua trajetória histórica (Escolano, 2017). Documentos, fotografias, mobiliários, práticas pedagógicas, rituais escolares, experiências formativas e trajetórias de educadores constituem elementos fundamentais desse patrimônio, contribuindo para a construção da identidade institucional e da memória coletiva das comunidades educativas.

Contudo, os processos de patrimonialização não são neutros (Nora, 1993). Ao selecionar determinados acontecimentos, personagens e experiências para serem preservados e representados, produzem inevitavelmente inclusões e exclusões, visibilidades e silenciamentos. Algumas memórias são valorizadas, enquanto outras permanecem marginalizadas ou ausentes das narrativas oficiais.

É precisamente nesse contexto que se insere o presente estudo. Em 2003, a Fundação de Assistência ao Menor, detentora da Escola Profissional Dom Bosco na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais criou uma casa museu: o Memorial Padre Carlos, espaço destinado à preservação da memória de seus fundadores e da trajetória da Fundação de Assistência ao Menor. Entretanto, ao privilegiar a figura do sacerdote, a narrativa construída pelo memorial relegou para segundo plano a participação de Maria Aparecida Figueiredo, reconhecida não só por ele mesmo, mas, também, por diferentes membros da comunidade escolar como cofundadora da obra e elemento fundamental para sua consolidação.

Ao longo de quatro anos, a aparente ausência de sua memória no espaço patrimonial produziu um fenômeno particularmente significativo: o estranhamento da própria comunidade educativa. A partir do ano de 2009, antigos alunos, colaboradores, educadores e pessoas ligadas à história da Fundação passaram a questionar abertamente a representação institucional da memória, evidenciando uma discrepância entre a narrativa oficial do memorial e as lembranças compartilhadas pelos sujeitos que vivenciaram a construção da obra.

Esse movimento de questionamento deu origem a um processo interno de revisão interpretativa que culminou na ampliação da narrativa patrimonial e no reconhecimento da relevância histórica de Maria Aparecida Figueiredo. Tal processo revela que a memória



institucional não é estática nem definitiva, mas segundo Tilden (2007) resultado de negociações permanentes entre diferentes grupos sociais e suas formas de interpretar o passado.

Partindo dessa problemática, o presente artigo busca compreender como a interpretação do patrimônio educativo, mediada pela participação da comunidade escolar, pode contribuir para a revisão de narrativas institucionais e para a reinserção de sujeitos historicamente invisibilizados na memória de uma instituição educativa. De modo específico, pergunta-se: de que maneira o processo de revisão da narrativa do Memorial Padre Carlos contribuiu para o reconhecimento e a ressignificação da trajetória de Maria Aparecida Figueiredo na história da Fundação de Assistência ao Menor?

O objetivo geral foi analisar como a interpretação do patrimônio educativo, em diálogo com a memória coletiva da comunidade escolar, pode produzir deslocamentos na narrativa institucional, através do exemplo do Memorial Padre Carlos. De maneira mais específica, busca-se identificar os elementos que compunham a narrativa inicial do memorial; caracterizar documentos, objetos, fotografias e testemunhos mobilizados no processo de revisão; compreender o papel da comunidade escolar na contestação e ampliação da narrativa; e discutir as implicações desse processo para a democratização da memória e do patrimônio educativo.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E INTERPRETAÇÃO

A compreensão contemporânea do patrimônio cultural está diretamente relacionada ao reconhecimento de que os bens patrimoniais não possuem significados intrínsecos e imutáveis. Segundo Ham (2013) seus sentidos são produzidos socialmente e dependem das interpretações construídas pelos grupos que os preservam, utilizam e representam.

Nesse contexto, a interpretação do patrimônio assume papel fundamental. Tilden (2007) e Ham (2013), considerados os principais teóricos da área, argumentam que interpretar não significa apenas informar, mas revelar significados capazes de provocar reflexão e estabelecer conexões entre os públicos e os bens patrimoniais. Para os autores, o objetivo da interpretação não é simplesmente transmitir conhecimento, mas estimular novas formas de compreender a realidade.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando aplicada aos espaços de memória vinculados às instituições educativas. Mais do que conservar objetos ou documentos, esses ambientes são responsáveis pela construção de narrativas sobre o passado, influenciando a forma como comunidades inteiras compreendem sua própria história.



Ao discutir os mecanismos de construção da memória coletiva, Halbwachs (2006) demonstrou que toda lembrança é socialmente produzida. Os grupos selecionam acontecimentos, personagens e experiências que consideram significativos, organizando-os em narrativas que reforçam identidades e pertencimentos coletivos.

Sob essa perspectiva, os memoriais podem ser compreendidos como instrumentos de enquadramento da memória. Ao escolher quem será lembrado, de que forma será lembrado e quais aspectos de sua trajetória serão destacados, produzem representações específicas do passado (Nora, 1993).

Nora (1993) amplia essa reflexão ao desenvolver o conceito de lugares de memória. Para o autor, tais espaços surgem quando a memória viva já não é suficiente para assegurar a continuidade das lembranças coletivas, exigindo a criação de suportes materiais capazes de preservar determinados significados históricos. Entretanto, Nora destaca que os lugares de memória não são permanentes nem imutáveis. Sua função social depende da capacidade de dialogar com as transformações culturais e com as novas demandas de representação produzidas pela sociedade.

Essa compreensão permite interpretar o Memorial Padre Carlos não apenas como um espaço de preservação histórica, mas como um lugar de memória sujeito a revisões, reinterpretações e ressignificações. A posterior incorporação da trajetória de Maria Aparecida Figueiredo demonstra precisamente essa dinâmica, evidenciando que o patrimônio permanece em constante construção.

PATRIMÔNIO EDUCATIVO E CULTURA ESCOLAR

O desenvolvimento dos estudos sobre patrimônio educativo permitiu ampliar significativamente a compreensão acerca dos bens culturais produzidos pelas instituições escolares. Durante muito tempo, a preservação da memória da educação esteve associada principalmente à conservação de edifícios, arquivos e objetos escolares. Contudo, autores como Agustín Escolano Benito (2017) e Antonio Viñao Frago (2001) demonstraram que a cultura escolar ultrapassa os limites da materialidade, envolvendo práticas, valores, representações, rituais e experiências construídas coletivamente ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, o patrimônio educativo pode ser entendido como o conjunto de elementos materiais e imateriais que testemunham a trajetória histórica das instituições de ensino e dos sujeitos que delas participaram. Trata-se de um patrimônio constituído não apenas



por documentos e artefatos, mas também pelas memórias, identidades e relações humanas produzidas no interior das comunidades educativas.

A escola, portanto, não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos. É também um lugar de construção de pertencimentos, afetos e referências culturais. As experiências vividas por professores, gestores, estudantes e colaboradores integram um universo simbólico que contribui para a formação da identidade institucional e para a constituição da memória coletiva.

Essa compreensão é particularmente importante para instituições de caráter social e educativo, cuja trajetória histórica frequentemente se encontra associada a projetos de transformação humana e inclusão social. Nesses contextos, os sujeitos que contribuíram para a consolidação dos valores institucionais tornam-se parte integrante do patrimônio educativo, independentemente de ocuparem posições formais de liderança (ESCOLANO, 2017).

Sob esse olhar, a história da Fundação de Assistência ao Menor e da Escola Profissional Dom Bosco que, neste ano, celebram seus 80 anos, não pode ser compreendida exclusivamente a partir da atuação de seus fundadores. A construção da obra resultou da ação conjunta de diversos indivíduos que compartilharam responsabilidades, desafios e compromissos educativos ao longo de décadas e de uma história que moldou uma parte da sociedade poçoscaldense.

Entre esses sujeitos, destaca-se Maria Aparecida Figueiredo, cuja presença marcou profundamente a cultura institucional da Fundação. Sua atuação ultrapassou funções administrativas ou operacionais, tornando-se referência de acolhimento, cuidado, orientação e apoio para inúmeras gerações de estudantes. Embora nem sempre registrada com a mesma visibilidade conferida às lideranças formais, sua contribuição permaneceu viva na memória da comunidade escolar, revelando a importância das dimensões afetivas e relacionais na constituição do patrimônio educativo. Ao relatar o impacto da morte de Maria Aparecida Figueiredo, Padre Carlos destacou sua importância para a instituição:

“A todos que, no futuro, lerem estas páginas, saibam que ela foi a alma e a vida da Dom Bosco. Sem ela, não existiria este monumento de fé, esperança e amor que fora sua vida e a concretização do seu acentuado amor à criança.” (Netto apud Gentilini, 1997, p. 46).

Reconhecer a relevância de Maria Aparecida Figueiredo significa compreender que a história das instituições educacionais é construída por múltiplos protagonistas. Significa também admitir que a preservação do patrimônio educativo exige atenção não apenas aos



grandes acontecimentos e figuras públicas, mas igualmente aos sujeitos cujas ações cotidianas contribuíram para a sustentação dos projetos pedagógicos e sociais.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza interpretativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender os significados atribuídos aos processos de construção, representação e ressignificação da memória institucional presentes no Memorial Padre Carlos a partir do ano de 2009, período em que essa reformulação aconteceu.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso constitui uma estratégia metodológica adequada para a análise aprofundada de fenômenos complexos inseridos em contextos específicos. Nesse sentido, o Memorial Padre Carlos apresenta-se como um campo privilegiado para a investigação das relações entre patrimônio educativo, memória coletiva e interpretação patrimonial.

O objeto de análise corresponde ao processo de criação do memorial, inaugurado em 2003, bem como às transformações interpretativas ocorridas posteriormente, a partir de 2009, especialmente aquelas relacionadas à incorporação da trajetória de Maria Aparecida Figueiredo na narrativa institucional.

A pesquisa fundamenta-se na análise documental de registros históricos, materiais expositivos, fotografias, documentos institucionais e demais fontes relacionadas à história da Fundação de Assistência ao Menor e da Escola Profissional Dom Bosco.

Além da análise documental, esta pesquisa fundamenta-se ainda na experiência profissional e institucional da autora junto à Fundação de Assistência ao Menor e à Escola Profissional Dom Bosco onde, durante um período de dez anos, atuou, exercendo funções ligadas à gestão da informação e à preservação documental. Desta maneira, acompanhou diretamente e também participou dos processos de construção, interpretação e revisão das narrativas relacionadas ao Memorial Padre Carlos.

Sua inserção na comunidade educativa possibilitou o contato cotidiano com ex-alunos, colaboradores, gestores e membros da Família Dom Bosco, ao qual a autora também pertence, bem como sua convivência pessoal com Maria Aparecida Figueiredo ao longo de toda a sua infância e juventude. Tal posição favoreceu o acesso a testemunhos, memórias e percepções que frequentemente não se encontram registrados em documentos oficiais, mas que constituem elementos fundamentais para a compreensão da memória coletiva da instituição.



Reconhecendo a impossibilidade de uma neutralidade absoluta nos estudos sobre memória e patrimônio, a pesquisa assume uma postura reflexiva, na qual a experiência da autora é compreendida não como limitação metodológica, mas como fonte relevante de conhecimento acerca dos processos de ressignificação patrimonial analisados, complementarmente aos relatos e testemunhos produzidos por membros da comunidade escolar, entendidos como importantes suportes da memória coletiva e que estão registrados no acervo do memorial.

A interpretação dos dados apoia-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando identificar categorias relacionadas aos processos de patrimonialização, construção da memória institucional, invisibilização de sujeitos históricos e ressignificação das narrativas patrimoniais.

Teoricamente, a pesquisa articula contribuições dos estudos sobre interpretação do patrimônio, memória coletiva, lugares de memória, patrimônio educativo e estudos de gênero, permitindo uma abordagem interdisciplinar capaz de compreender a complexidade do fenômeno investigado.

DELIMITAÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Atualmente, o Memorial Padre Carlos possui, em seu banco de dados, 15.900 documentos, 6.084 objetos e 8.634 fotografias, totalizando 30.618 registros. Diante desse volume documental, foi necessário delimitar o corpus da pesquisa, de modo a tornar explícitos os procedimentos de seleção e análise adotados.

Para a realização deste estudo, foram selecionados materiais do acervo de Maria Aparecida Figueiredo (MAF), organizados em quatro conjuntos documentais: **(1)** documentos institucionais relacionados à criação, à organização e ao funcionamento da Fundação de Assistência ao Menor; **(2)** fotografias relativas aos espaços do acervo e às atividades institucionais; **(3)** fotografias, objetos e documentos associados à trajetória de Maria Aparecida Figueiredo; e **(4)** registros de memória produzidos ou reunidos no período de revisão da narrativa institucional, aqui classificados como outros documentos.

O levantamento quantitativo dos materiais considerados para a pesquisa foi realizado em parceria com a atual supervisora e pesquisadora do Memorial Padre Carlos, Denise Aparecida Silva de Faria, e sob a supervisão de Maria José Barbosa, presidente da Fundação de Assistência ao Menor. O procedimento resultou na identificação de 10.305 itens documentais e materiais, distribuídos nas categorias apresentadas na Tabela 1.

**TABELA 1** – Materiais selecionados para o levantamento documental

Categoria de material	Quantidade
Documentos institucionais	8.740
Fotografias	700
Objetos e documentos pessoais	713
Outros documentos	152
Total	10.305

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do levantamento realizado no Memorial Padre Carlos.

Os 10.305 itens correspondem, portanto, ao corpus documental selecionado para esta pesquisa, e não à totalidade do acervo registrado no banco de dados do Memorial. A seleção foi orientada pela pertinência dos materiais à questão de pesquisa, pela relação direta ou contextual com a trajetória de Maria Aparecida Figueiredo e pela possibilidade de identificar, nos documentos, fotografias, objetos e registros de memória, permanências, ausências e deslocamentos na narrativa patrimonial construída pelo Memorial.

A análise do corpus foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, considerando as especificidades de cada conjunto documental. Os materiais foram examinados segundo categorias temáticas construídas a partir da questão de pesquisa e posteriormente confrontados com o referencial teórico mobilizado no estudo, especialmente os conceitos de memória coletiva, patrimônio educativo, interpretação patrimonial e gênero. Para a organização e interpretação dos dados documentais, recorreu-se à análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando identificar recorrências, silenciamentos, mudanças de ênfase e novos elementos incorporados à narrativa institucional ao longo do processo de revisão.

POSIÇÃO DA PESQUISADORA E REFLEXIVIDADE

A posição da pesquisadora em relação à instituição constitui uma dimensão metodológica central neste estudo. Sua experiência profissional e sua vivência junto à Fundação de Assistência ao Menor e à Escola Profissional Dom Bosco, ao longo de mais de quarenta e cinco anos, bem como sua inserção na chamada “Família Dom Bosco”, possibilitaram o acesso a documentos, pessoas, práticas e memórias que dificilmente estariam disponíveis a uma pesquisadora externa.



Essa proximidade, contudo, não é tomada como garantia de neutralidade. Ao contrário, exige a explicitação da posição da pesquisadora, das lembranças pessoais e dos vínculos afetivos que atravessam a construção do objeto de estudo. A memória pessoal da pesquisadora e sua convivência, durante a infância e a juventude, com Maria Aparecida Figueiredo e Padre Carlos foram consideradas elementos de reflexividade, e não evidências documentais autônomas.

Para evitar que lembranças individuais fossem confundidas com fatos históricos, as interpretações foram confrontadas, sempre que possível, com diferentes tipos de fontes, incluindo documentos institucionais, registros escritos, fotografias, objetos e transformações observáveis no próprio Memorial. A experiência da pesquisadora no interior da instituição é, assim, compreendida simultaneamente como condição de acesso às fontes e como elemento que exige vigilância metodológica e explicitação de seus possíveis efeitos sobre a construção e a interpretação do objeto.

Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida de forma aberta, informada e autorizada pela própria instituição, preservando-se, contudo, a distinção metodológica entre a experiência pessoal da pesquisadora, os testemunhos dos sujeitos envolvidos e as evidências documentais mobilizadas na análise.

O MEMORIAL PADRE CARLOS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A criação do Memorial Padre Carlos representou um importante marco no processo de preservação da memória institucional da Fundação de Assistência ao Menor e da Escola Profissional Dom Bosco. Concebido como espaço de salvaguarda histórica, o memorial surgiu com a missão de conservar documentos, objetos, fotografias e testemunhos relacionados à trajetória do sacerdote e da educadora responsáveis pela idealização da obra.

A iniciativa refletia uma preocupação legítima com a preservação da identidade institucional e com a transmissão dos valores que orientaram a constituição da Fundação. Ao transformar a antiga residência da cofundadora em espaço museológico, a instituição buscava assegurar que a história permanecesse acessível às futuras gerações.

Entretanto, como ocorre em todo processo de patrimonialização, a construção da narrativa expositiva envolveu escolhas. Determinados acontecimentos receberam maior destaque, alguns personagens foram amplamente representados e outros permaneceram em posições secundárias.



Nesse contexto, a figura de Padre Carlos assumiu papel central na interpretação histórica apresentada pelo memorial. Sua trajetória tornou-se o principal eixo narrativo do espaço, concentrando os elementos simbólicos associados à fundação, ao desenvolvimento e à consolidação da obra social.

Embora compreensível sob o ponto de vista da valorização do fundador, essa opção interpretativa produziu efeitos sobre a representação de outros sujeitos que participaram da construção institucional. Entre eles encontrava-se Maria Aparecida Figueiredo, cofundadora e cuja contribuição para a história da Fundação não recebeu, inicialmente, o mesmo grau de visibilidade.

A narrativa patrimonial construída pelo memorial acabou reproduzindo uma lógica relativamente comum nos processos de preservação histórica: a centralização da memória em torno de figuras masculinas consideradas heróicas e solitárias. Tal perspectiva, embora importante para a valorização de lideranças institucionais, tende a simplificar processos históricos complexos (Morin, 2015), que, na realidade, resultam da atuação coletiva de diferentes indivíduos.

Foi precisamente essa lacuna que passou a ser percebida pela comunidade escolar ao longo dos anos, desencadeando um processo de reflexão acerca dos limites da narrativa oficial construída pelo memorial.

MATERIALIDADE DO ESPAÇO DE MEMÓRIA

A materialidade do Memorial Padre Carlos precisa ser considerada para além de um simples cenário da narrativa, uma vez que constitui parte da própria experiência de interpretação patrimonial. O edifício, seus ambientes, documentos, fotografias, objetos pessoais e materiais relacionados às práticas educativas funcionam como suportes de memória e como mediadores da leitura que o visitante realiza sobre a história institucional. A observação desses elementos permite compreender que a interpretação de um espaço patrimonial não se limita às informações textuais nele apresentadas: a arquitetura, a disposição dos ambientes e os objetos preservados também participam da construção dos sentidos atribuídos ao lugar.

Nesse processo, o espaço atua como um primeiro enquadramento da memória. A fachada do Memorial, por exemplo, não narra, por si só, os acontecimentos relacionados à história da instituição e de seus sujeitos, mas delimita materialmente o lugar a partir do qual essa história será conhecida e interpretada.



FIGURA 1 – Fachada do Memorial Padre Carlos, Instituído no ano de 2003

Memorial Padre Carlos



Fonte: Acervo do Memorial Padre Carlos. s/d.

Após a morte de Maria Aparecida Figueiredo, em março de 1992, Padre Carlos, que até então vivia em um quarto cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Poços de Caldas, onde exercia a função de capelão, mudou-se para a casa de Maria Aparecida, situada no interior da própria escola. Ali permaneceu por mais de dez anos, até seu falecimento, em 2002.

FIGURA 2 – Vista aérea do complexo educacional que constitui a Fundação de Assistência ao Menor, com destaque para o Memorial Padre Carlos



Fonte: Acervo da Escola Profissional Dom Bosco. Fotografia publicada na página oficial da Escola Profissional Dom Bosco, 2010. Demarcações da autora.

A permanência de Padre Carlos na casa de Maria Aparecida conferiu ao espaço uma dimensão adicional de memória, posteriormente incorporada ao processo de constituição do Memorial. Em 2002, surgiu, no âmbito da instituição e entre seus colaboradores, a proposta de criação de um espaço destinado à preservação da memória institucional e da trajetória de seus fundadores. A casa, vinculada à história de ambos, foi então incorporada a esse projeto de



preservação e transformada em espaço de memória, educação e transmissão da história institucional.

FIGURA 3 – Hall de entrada do Memorial Padre Carlos

Hall de Entrada



Fonte: Acervo do Memorial Padre Carlos s/d.

A configuração espacial do Memorial também contribui para organizar a experiência do visitante. Os ambientes preservados, os objetos expostos e os elementos associados às práticas e às trajetórias dos sujeitos que integraram a instituição estabelecem relações entre memória individual, memória institucional e patrimônio educativo.

FIGURA 4 – Sala do Rádio Amador do Padre Carlos

Rádio Amador



Fonte: Acervo do Memorial Padre Carlos s/d.

**FIGURA 5 – Sala principal da casa museu****Sala Principal****Fonte:** Acervo do Memorial Padre Carlos s/d.

Essa dimensão material ganha especial relevância quando se considera que a interpretação patrimonial ocorre a partir da relação entre o visitante, o espaço e os vestígios nele preservados. O Memorial, portanto, não constitui apenas um local de guarda de objetos e documentos, mas um espaço no qual diferentes elementos materiais participam da construção da narrativa sobre a instituição e sobre as pessoas que dela fizeram parte.

FIGURA 6 – Mensagem de agradecimento apresentada à comunidade em 2022**Fonte:** Acervo da Escola Profissional Dom Bosco. Fotografia publicada na página oficial da Escola Profissional Dom Bosco. 14/08/2020.

Neste sentido, o Memorial pode ser compreendido como um espaço de aprendizagem, reflexão e diálogo, no qual a materialidade do lugar se articula às narrativas construídas sobre a história institucional. A preservação da casa, dos objetos, dos documentos e dos demais vestígios permite aproximar diferentes gerações dessa história e evidencia que o patrimônio



educativo é constituído pelos registros formais da instituição e também pelos espaços, práticas, relações e experiências que permaneceram materialmente inscritos em sua trajetória.

MARIA APARECIDA FIGUEIREDO: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO PATRIMONIAL

A trajetória de Maria Aparecida Figueiredo permite compreender um fenômeno recorrente nos processos de construção da memória institucional: a discrepância entre a relevância efetiva de determinados sujeitos históricos e o reconhecimento que lhes é atribuído nas narrativas patrimoniais.

Embora a sua presença permanecesse inicialmente pouco visível no espaço expositivo do memorial, Maria foi amplamente reconhecida pela comunidade escolar como cofundadora da obra e citada por Padre Carlos como peça fundamental e alicerce indispensável para a concretização do projeto social idealizado por ambos. Essa situação produziu um contraste significativo entre a memória institucional oficialmente representada e as lembranças compartilhadas pelos indivíduos que participaram da história da Fundação.

FIGURA 7 – Maria Aparecida Figueiredo no contexto de sua atuação logo ao início, na Escola Dom Bosco



Fonte: Acervo virtual da Escola Profissional Dom Bosco³.

A permanência dessas lembranças demonstra a força da memória coletiva descrita por Halbwachs (2006). Mesmo quando determinadas experiências não encontram representação

³ Disponível em: <https://www.escoladombosco.com.br/escola>. Acesso em: 01 jun. 2026.



adequada nos espaços patrimoniais, elas continuam circulando por meio dos relatos, testemunhos e vínculos sociais estabelecidos entre os membros da comunidade.

No caso da Fundação de Assistência ao Menor, foram muitos os depoimentos registrados no Memorial em distintos eventos que passaram a evidenciar o papel desempenhado por Maria Aparecida Figueiredo na sustentação cotidiana da obra, bem como o estranhamento provocado por sua ausência. Como relata Maria Aparecida Ruela, professora na escola por mais de 30 anos:

“... soava estranho ir na casa da Dona Maria depois que virou memorial e não ver o menino Jesus logo ali na entrada. No início não tinha mais nada dela lá. Dava um vazio na gente. Ela pintava, desenhava, tocava piano, de um tudo ela fazia, a casa era cheia de coisas nas paredes, decoração, eu me admirava muito dela e de repente desapareceu tudo de lá. Eu não gostei, acho que ninguém gostou muito né...” (Ruela, 2026)⁴.

Fosse nas visitas ao espaço do Memorial, na sala dos professores da escola, nos cafés próximos ou nos comentários nas redes sociais, então em plena ascensão, aquela presença ganhava força na memória coletiva. O reconhecimento dessa ausência também aparece no depoimento de Estela Figueiredo, sobrinha de Maria Aparecida Figueiredo:

“... as pessoas me paravam na rua para perguntar o que aconteceu com a tia Maria, porque havia um memorial só do Padre? Porque daquele nome? Ela fazia tudo ao lado dele, estavam sempre juntos, ela tomava as decisões na escola também, além das artes e das crianças e agora ela não existe mais, está lá um nome e um retrato num arquivo e é só isso? Não foi uma reclamação só minha, foram muitas pessoas sabe? Aí vieram vocês e começaram a trazer ela de volta, eu me animei muito, doei muitas coisas dela para refazer o quarto dela, ajudei lá o pessoal a remontar a casa dela, as meninas vão lembrar disso. Porque a casa era pra ela. Era o cantinho dela na escola que ela ajudou a fazer, aí começaram os eventos, depois colocaram o nome dela na creche, achei importante esse reconhecimento...” (Figueiredo, 2026)⁵.

⁴ RUELA, Maria Aparecida. Depoimento concedido à autora por meio do aplicativo WhatsApp. Poços de Caldas, 2026.

⁵ FIGUEIREDO, Estela. Depoimento concedido à autora por meio do aplicativo WhatsApp. Poços de Caldas, 2026.



Suas habilidades artísticas, musicais e intelectuais, bem como seu brilhantismo, eram amplamente reconhecidos por aqueles que conviveram com ela, aspecto que também se evidencia pela quantidade e pela diversidade de materiais por ela produzidos. Essa percepção é reforçada pelo depoimento de João Augusto Gentilini, ex-professor, ex-coordenador e colaborador da Escola Dom Bosco:

“... a Dona Maria era a alma da escola, como o próprio Padre dizia, essa história é tão dignificante para nossa cidade que eu até escrevi sobre isso. O padre tinha grande respeito e admiração por ela, todos tinham. Uma mulher genial, muito serena, mas muito decidida. Ela fazia de tudo nos bastidores enquanto ele ia em busca de financiamento. Era uma artista excepcional, uma cantora afinadíssima, pianista maravilhosa. A cabeça do pessoal do nosso tempo era outra, nós não tínhamos essa visão e esses recursos que existem hoje. Ninguém pensava muito sobre a importância daquilo ou como fazer tudo certo. Ia-se fazendo o que era possível. Acredito que o resgate da memória dela foi a melhor coisa que aconteceu no memorial, as pessoas não podem esquecer da Dona Maria, nem colocá-la como um elemento secundário da obra, porque não foi não. Havia um grande equilíbrio entre os dois, uma dinâmica assim. Você entra hoje no memorial e é como se ela fosse entrar lá a qualquer momento, porque a gente nota que há um esforço de pensar nela, no trabalho dela, de recolocar as coisas dela lá como eram. Os eventos para relembra-la, aquela coisa de manter a memória viva. Eu que convivi muito com eles tenho a forte lembrança do Padre no rádio amador e ela na sala a escrever, ou fazer qualquer outra coisa. Sempre produzindo, sem descanso, mas sempre bem disposta, amável, extremamente lúcida até o final.” (Gentilini, 2026).

Destacam-se livros de registros, escritos, pinturas, composições artísticas, murais em azulejos pintados à mão e outras criações vinculadas a um setor de Artes Industriais — atualmente relacionado às práticas artesanais — que configuram, ainda hoje, um dos grandes diferenciais da instituição no contexto escolar da cidade. Esses elementos, produzidos ou preservados ao longo da trajetória institucional, foram cuidadosamente recuperados e incorporados ao acervo do Memorial. Para além de sua produção artística e intelectual, sua atuação estava frequentemente associada à dimensão humana da instituição, caracterizada pelo acolhimento dos estudantes, pelo acompanhamento das famílias, pela construção de relações de confiança e pela promoção de um ambiente afetivo capaz de fortalecer os objetivos educativos da Fundação.

O depoimento de Isabel Cristina Brunório, ex-aluna da instituição, explicita essa dimensão de sua atuação:



“A Dona Maria, ela foi tudo, né. Tudo era resolvido com ela. O Padre ficava naquela salinha lá em cima, mas ela, do outro lado, dava os conselhos pra nós, encostava a porta e vinha conversar e orientar. Se precisasse, ela ajudava mesmo. Ela um dia tirou um anel do dedo e me deu porque eu achei bonito. Nunca esqueci aquele gesto. Ninguém nunca fez aquilo. Ela me ajudou muito e todo mundo da minha família também. Todos nós estudamos lá e ela sempre ajudou de alguma forma. Era bonita, artista, inteligente, você lembra? A gente podia ir na casa dela, podia pedir ajuda que ela não julgava, ela pegava na mão e orientava, perguntava como que ela podia ajudar. As vezes era um abraço e já estava bom. Hoje não se faz mais isso, né? Ninguém quer saber. Quando ela morreu, você lembra, foi uma tristeza só. O desfile do sete de setembro foi a coisa mais terrível. Acho que foi a primeira vez que a gente ficou assim, triste de verdade, né? Logo depois também eu fui embora porque, sem ela, ficou difícil pra nós, já não era a mesma coisa. Eu achei muito bom quando começou aquele movimento lá de fazer o show de talentos em homenagem a ela na escola, quando batizaram a creche e tal. Ela merece, né? As mulheres já têm tão pouco. Podia ter mais gente assim como ela, seria bom...” (BRUNÓRIO, 2026)⁶.

Essa dimensão do trabalho institucional, muitas vezes invisibilizada pelas narrativas tradicionais, revela-se fundamental para compreender o sucesso e a longevidade do projeto educativo. As práticas de cuidado, escuta e mediação social desenvolvidas por Maria Aparecida Figueiredo constituíram elementos essenciais para a consolidação da cultura institucional e para a construção dos laços de pertencimento que caracterizam fortemente essa comunidade escolar.

A invisibilização inicial de sua trajetória também pode ser interpretada à luz das reflexões de Joan Scott (1995) acerca das relações entre gênero e produção histórica. Ao longo do tempo, inúmeras mulheres desempenharam papéis decisivos em instituições religiosas, educativas e assistenciais sem receber o mesmo reconhecimento conferido às lideranças masculinas. Frequentemente associadas às esferas dos cuidados da casa, marido e filhos ou demais relações interpessoais, suas contribuições foram consideradas meramente complementares, quando não secundárias, em relação às funções formalmente atribuídas aos homens (Ribeiro, 2000).

Nesse sentido, o caso de Maria Aparecida Figueiredo ultrapassa os limites da história local da Fundação. Ele expressa uma problemática mais ampla relacionada aos mecanismos de seleção da memória e aos critérios utilizados para definir quais trajetórias merecem ser preservadas e representadas como patrimônio.

O processo de reconhecimento posterior de sua importância histórica representa, portanto, mais do que a inclusão de uma personagem anteriormente marginalizada. Trata-se de

⁶ BRUNÓRIO, Isabel Cristina. Depoimento concedido à autora por meio do aplicativo WhatsApp. Poços de Caldas, 2026.



uma ampliação da própria compreensão acerca da história institucional, permitindo que o patrimônio educativo incorpore dimensões humanas, afetivas e relacionais frequentemente negligenciadas pelas narrativas tradicionais.

Ao reinserir Maria Aparecida Figueiredo em sua narrativa patrimonial de maneira igualitária, o Memorial Padre Carlos não apenas corrige uma lacuna histórica, mas fortalece sua capacidade interpretativa, oferecendo uma representação mais plural, democrática e fiel à complexidade da trajetória da Fundação de Assistência ao Menor.

A COMUNIDADE ESCOLAR COMO AGENTE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA

Um dos aspectos mais significativos observados no caso do Memorial Padre Carlos reside no protagonismo assumido pela própria comunidade escolar no processo de revisão da narrativa patrimonial. Diferentemente de situações em que as transformações museológicas decorrem exclusivamente de decisões administrativas ou técnicas, a ressignificação da memória de Maria Aparecida Figueiredo emerge a partir das percepções, inquietações e lembranças compartilhadas pelos sujeitos que vivenciaram a história da instituição.

A manifestação de estranhamento diante da reduzida representação de material sobre Maria Aparecida Figueiredo no memorial evidenciou que a memória institucional não se encontra confinada aos documentos ou às exposições museológicas. Ela permanece viva nas experiências individuais e coletivas, nos relatos orais, nos vínculos afetivos e nas formas de pertencimento construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, a comunidade escolar constituiu-se como guardiã de uma memória que ultrapassou os limites da narrativa oficialmente apresentada.

Por meio de críticas abertas, discussões e questionamentos, o memorial foi posto à prova e sua equipe de profissionais teve que buscar por respostas. Segundo o Memorial Padre Carlos, a reestruturação e montagem da Casa Museu ocorreu a partir do ano de 2009 com a divisão da área técnica com a área de visitação. Ao longo dos primeiros anos dessa reorganização e com o apoio de membros ativos da comunidade, o acervo recebeu 126 doações englobando documentos, fotografias, vestuário e objetos que foram incorporados ao acervo FAM, MPC, MAF.

Também foram criados eventos para resgatar a memória de Maria Aparecida Figueiredo, como o Chá em Comemoração ao Aniversário de Dona Maria que foi realizado nos anos de 2010/2011/2012 e que proporcionou a reunião de amigos e familiares da homenageada



para tardes de conversas informais, onde eram coletados depoimentos, informações, fotografias e tudo que pudesse enriquecer a construção e resgate fidedigno de sua memória. E o Show de Talentos Professora Maria Aparecida Figueiredo, criado no de 2014 e que completou neste ano de 2026 sua 10ª edição.

Ainda segundo o Memorial Padre Carlos, esse projeto surgiu como forma de homenagear a cofundadora da Escola Profissional Dom Bosco, que além de ser uma grande artista, foi idealizadora também do Salão de Teatro, espaço que atualmente abriga o desenvolvimento do projeto. Tal evento é realizado com alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio anualmente. Na edição deste ano contemplou a participação de cerca de 70 alunos com 27 apresentações públicas.

Tal fenômeno confirma a compreensão de Michael Pollak (1989) de que as memórias sociais não se restringem aos discursos legitimados pelas instituições. Existem memórias subterrâneas, frequentemente silenciadas ou pouco visíveis, que permanecem preservadas nos grupos sociais e podem emergir sempre que determinadas representações deixam de corresponder às experiências efetivamente vividas.

No caso analisado, a permanência da memória de Maria Aparecida Figueiredo nas narrativas dos antigos alunos, colaboradores e educadores revelou uma discrepância entre a memória oficial e a memória compartilhada pela comunidade. Enquanto a exposição enfatizava predominantemente a figura do fundador, os sujeitos vinculados à história da Fundação continuavam a reconhecer em Maria Aparecida Figueiredo uma das principais responsáveis pela construção dos valores humanos que caracterizaram a instituição.

Esse movimento demonstra que a interpretação do patrimônio não constitui um processo unilateral. Ao contrário, trata-se de uma construção dialógica, permanentemente influenciada pelas interações entre os espaços patrimoniais e seus públicos. Os visitantes não são receptores passivos das narrativas museológicas; eles interpretam, questionam, complementam e, em determinadas circunstâncias, transformam os significados atribuídos ao patrimônio.

A revisão da narrativa do Memorial Padre Carlos evidencia precisamente essa dinâmica. O reconhecimento da importância histórica de Maria Aparecida Figueiredo não resultou apenas da descoberta de novas informações documentais, mas sobretudo da escuta das memórias preservadas pela comunidade escolar – mesmo aquelas mais difíceis de lidar e sobre as quais a partilha pode se tornar dolorosa e por vezes, muito amarga. Foi a partir dessas vozes que a instituição pôde ampliar sua compreensão acerca da própria história e reconstruir uma representação mais abrangente de seu passado.



Desse modo, o caso estudado reafirma a importância da participação comunitária nos processos de patrimonialização. Ou seja, ao incorporar diferentes perspectivas e experiências, os espaços de memória tornam-se mais representativos, democráticos e capazes de refletir a complexidade das trajetórias coletivas que procuram preservar.

MEMÓRIA, NARRATIVA INSTITUCIONAL E INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

Para evitar a sobreposição conceitual entre categorias distintas, este estudo estabelece três níveis de análise. A memória corresponde às lembranças, esquecimentos, afetos e sentidos compartilhados por indivíduos e grupos. A narrativa institucional refere-se à forma pela qual a instituição seleciona, organiza e apresenta determinados acontecimentos e personagens como representação de sua própria história. E por fim a interpretação patrimonial correspondente ao processo de mediação pelo qual documentos, objetos, espaços e narrativas são contextualizados, questionados e colocados em diálogo com diferentes públicos.

O caso analisado pode, portanto, ser compreendido como um movimento em que a memória da comunidade tensiona a narrativa institucional e desencadeia uma revisão interpretativa do patrimônio profundamente humanizadora.

TABELA 2 – Comparação entre a configuração inicial e a configuração após o processo de revisão

Elemento analisado	Configuração inicial do Memorial entre 2003 e 2009	Configuração após revisão/ressignificação entre 2009 e 2026
Eixo narrativo	Predomínio da trajetória de Padre Carlos.	Ampliação da narrativa para incluir a trajetória e a atuação de Maria Aparecida Figueiredo.
Presença de Maria Aparecida Figueiredo	Presença secundária ou pouco evidenciada na narrativa expositiva.	Maior visibilidade como cofundadora e agente da construção institucional.
Documentos	Seleção concentrada nos registros associados à trajetória institucional do fundador.	Incorporação/releitura de documentos relacionados à atuação de Maria, incluindo registros pessoais e institucionais.
Fotografias	Ênfase nos registros que sustentavam a narrativa institucional predominante.	Ampliação do repertório visual com fotografias e registros que permitem outras leituras da história institucional.
Objetos e materiais	Objetos apresentados sobretudo como testemunhos	Objetos e materiais passam a ser interpretados também como evidências de práticas, relações e



	da trajetória institucional já consolidada.	contribuições de Maria Aparecida, Maria José e outros.
Memória da comunidade	Nenhuma presença na construção da narrativa expositiva.	Passa a atuar como fonte de questionamento, complementação e revisão da narrativa construída.
Espaço expositivo	Organização rudimentar apoiada nos últimos anos de vida do fundador.	Reorganização interpretativa do espaço para ampliar a representatividade da memória institucional.
Sentidos produzidos	Narrativa mais linear e centrada em uma figura fundadora.	Narrativa mais plural, relacional e aberta à participação da comunidade.

Fonte: Elaborada pela autora.

PATRIMÔNIO EDUCATIVO, GÊNERO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS NARRATIVAS INSTITUCIONAIS

A trajetória de Maria Aparecida Figueiredo na Fundação de Assistência ao Menor, sua complexa relação com Padre Carlos e sua relevância histórica para a obra social que é a “Dom Bosco”, permitem ampliar a discussão para além dos limites da história institucional da Fundação, inserindo-a em um debate contemporâneo sobre patrimônio, gênero e representatividade.

Os estudos sobre memória e patrimônio têm demonstrado que os processos de preservação cultural frequentemente reproduzem estruturas sociais que historicamente privilegiaram narrativas construídas a partir de perspectivas masculinas, políticas ou institucionais, relegando a posições secundárias sujeitos cujas contribuições se desenvolveram em esferas consideradas menos visíveis.

Nesse contexto, a participação das mulheres em instituições educativas, religiosas e assistenciais constitui um campo particularmente relevante de investigação. Embora tenham desempenhado papéis fundamentais na organização cotidiana dessas instituições, na formação de vínculos comunitários e na sustentação de projetos educativos e sociais, suas trajetórias nem sempre receberam reconhecimento proporcional à sua importância histórica.

A reflexão proposta por Joan Scott (1995) contribui para compreender esse fenômeno ao demonstrar que as formas de registrar, interpretar e transmitir a história são atravessadas por relações de poder. O reconhecimento de determinados sujeitos como protagonistas históricos resulta de processos de seleção cultural que definem quais experiências serão valorizadas e quais permanecerão invisibilizadas.



A situação observada no Memorial Padre Carlos dialoga diretamente com essa problemática. A reduzida visibilidade inicialmente atribuída a Maria Aparecida Figueiredo não decorreu da ausência de participação efetiva na construção da obra, mas da forma como a narrativa institucional foi estruturada para diminuí-la, minimizá-la e, quando não, para suprimir sua presença. Sua atuação associada a dimensões muitas vezes subjetivas como acolhimento, cuidado, escuta e apoio afetivo — aspectos essenciais para a consolidação da Fundação — foram deliberadamente menos valorizados pelas narrativas que colocaram em Padre Carlos uma tônica de aspirações míticas e heróicas.

Confrontado com a força da memória de Maria Aparecida Figueiredo (cujas inequívocas citações acompanham toda a produção intelectual de Padre Carlos até a sua morte, nomeadamente em seus manuscritos, fotografias, livros, relatos e divagações, para além dos símbolos e inspirações — a ciência, o trabalho e a oração — que norteiam o ideal da instituição e que foram, idealizados e produzidos por Maria), o memorial passou por uma grande reformulação de valores, propostas e conceitos a começar por seu espaço físico e levou seus coordenadores a reorganizar e recuperar o que lá havia. Os setores foram redivididos de maneira mais harmoniosa e a memória de ambos foi resgatada de modo mais plural.

Não se negligencia, por fim, neste estudo o forte choque geracional que por muito tempo fez com que as próprias mulheres aderissem a estas narrativas levando a desvios interpretativos ao entender que exaltar a memória de Maria Aparecida Figueiredo como alguém que caminhou ao lado de Padre Carlos e não à sua sombra, fosse de alguma forma macular a memória de ambos. Esse desconforto se mostra inexplicável na aurora do século XXI, mas faz todo sentido em tempos passados onde as reflexões acerca da interpretação do patrimônio ainda estavam a nascer e o contexto era totalmente outro.

A posterior incorporação de sua trajetória ao espaço patrimonial representa, portanto, um movimento claro e inequívoco de democratização da memória, de validação e reformulação de valores. O fato de acrescentar uma nova personagem à exposição, nesse processo amplia os critérios utilizados para definir quem merece ser lembrado e quais formas de atuação são consideradas historicamente relevantes. Mesmo porque a atual presidente da Fundação, Maria José Barbosa, também é uma mulher que cresceu aos pés dos fundadores e foi escolhida pelo próprio Padre Carlos para sucedê-lo assumindo sozinha, após o falecimento de ambos, a presidência de uma obra social de dimensões amplas e procurando manter suas propostas de atuação ao mesmo tempo em que realinhava a instituição aos paradigmas da gestão contemporânea.



Sua trajetória evidencia que o protagonismo feminino não constitui um elemento periférico na história da Fundação, mas uma força estruturante de sua continuidade institucional, reafirmando a necessidade de reconhecer e valorizar essas contribuições nos processos de construção da memória e do patrimônio cultural. Essa liderança feminina fortaleceu a participação das mulheres na consolidação da memória coletiva local e também contribuiu para a valorização e ocupação simbólica de espaços de expressiva importância política e religiosa para Poços de Caldas, reafirmando o protagonismo da comunidade escolar nos processos de construção da memória social e do patrimônio cultural.

Sob a perspectiva do patrimônio educativo, tal transformação assume importância ainda maior. As instituições de ensino não são construídas apenas por meio de decisões administrativas ou projetos pedagógicos formais. Elas também se constituem a partir das relações humanas que sustentam seus processos formativos. Reconhecer a contribuição de sujeitos como Maria Aparecida Figueiredo significa reconhecer que o patrimônio educativo também concentra dimensões afetivas, éticas e relacionais fundamentais para a compreensão da história escolar.

Nesse sentido, a democratização das narrativas patrimoniais não deve ser entendida apenas como uma estratégia de inclusão simbólica, mas como uma exigência epistemológica. Narrativas mais plurais permitem compreender com maior profundidade a complexidade dos processos históricos e contribuem para a construção de interpretações mais próximas das experiências efetivamente vividas pelas comunidades.

CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA PESQUISA PARA A NARRATIVA PATRIMONIAL

Entre as principais contribuições da pesquisa destacam-se a identificação e a sistematização de documentos e registros relacionados a Maria Aparecida Figueiredo; a reunião e contextualização de fotografias e objetos que permitiram compreender diferentes dimensões de sua atuação; a interpretação dessas fontes à luz das práticas educativas, artísticas e institucionais desenvolvidas na Fundação; e a ampliação da narrativa do Memorial para além de uma trajetória individual, incorporando relações, práticas, afetos e diferentes formas de liderança.

Esse processo pode ser observado, concretamente, a partir de documentos e objetos que, embora integrassem o acervo institucional, passaram a adquirir novos sentidos quando analisados em conjunto com os depoimentos e demais fontes produzidas pela pesquisa. Entre eles, destacam-se: o Livro de Registros de atividades das artes industriais, painel de azulejos



pintado à mão, carta pedagógica para o ano escolar com orientações, grande acervo fotográfico com as mais diversas atividades e situações, peças de vestuário, objetos representativos e outros presentes que ela confeccionava e oferecia às pessoas. A análise desses materiais permitiu não apenas ampliar as informações disponíveis sobre Maria Aparecida Figueiredo, mas também evidenciar aspectos de sua atuação que permaneciam pouco visíveis na narrativa institucional anteriormente apresentada.

TABELA 3 – Análise dos materiais

Fonte	O que ela pode demonstrar
Livro de registros	Participação de Maria na organização cotidiana da instituição
Partituras/azulejaria	Atuação musical e produção artística
Manuscrito	Produção intelectual ou pedagógica
Fotografia	Presença e atuação em determinado contexto
Objetos pessoais e artísticos	Dimensão material e afetiva de sua trajetória

Fonte: Elaborada pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Memorial Padre Carlos permitiu compreender que os processos de patrimonialização constituem práticas sociais dinâmicas, permanentemente sujeitas a revisões, disputas de significado e reconstruções narrativas. Longe de representar uma versão definitiva do passado, os espaços de memória refletem escolhas interpretativas que podem ser ampliadas, questionadas e transformadas à medida que novas perspectivas emergem no interior das comunidades que lhes atribuem sentido.

A análise evidenciou que a narrativa inicialmente construída pelo memorial privilegiou a trajetória do fundador da Fundação de Assistência ao Menor, atribuindo menor visibilidade à participação de sua cofundadora Maria Aparecida Figueiredo, personagem reconhecida por diversos membros da comunidade escolar não só como cofundadora da obra, mas como elemento essencial para sua consolidação histórica e educativa.

O estranhamento manifestado pela comunidade diante dessa ausência revelou a existência de memórias coletivas que permaneciam vivas apesar de sua limitada representação institucional. A permanência dessas lembranças demonstra que a memória não se restringe aos



registros oficiais, sendo continuamente produzida e compartilhada por meio das experiências, relações e vínculos estabelecidos entre os sujeitos sociais.

Ao incorporar a trajetória de Maria Aparecida Figueiredo à narrativa patrimonial, o Memorial Padre Carlos ampliou significativamente sua capacidade interpretativa. O processo permitiu reconhecer a pluralidade de agentes envolvidos na construção da Fundação e evidenciou a importância das dimensões afetivas, comunitárias e relacionais para a compreensão da história institucional.

O caso analisado demonstra que a interpretação do patrimônio educativo pode desempenhar papel fundamental na democratização da memória e na valorização de sujeitos historicamente invisibilizados. Ao promover a revisão crítica de narrativas consolidadas, os espaços patrimoniais tornam-se capazes de representar, de forma mais ampla, a diversidade de experiências que constituem a história das instituições educativas.

Por fim, conclui-se que a memória de Maria Aparecida Figueiredo não representa apenas um capítulo complementar da trajetória da Fundação de Assistência ao Menor. Sua reinserção no patrimônio institucional evidencia que a história das instituições educativas é sempre uma construção coletiva e que a preservação do patrimônio exige atenção permanente às vozes, presenças e experiências que, por diferentes razões, permaneceram durante muito tempo à margem das narrativas oficiais.

Ao reconhecer essas trajetórias, o patrimônio educativo reafirma sua função social de promover o diálogo entre passado e presente, contribuindo para a construção de identidades coletivas mais inclusivas, plurais e democráticas.

Em síntese, o caso analisado demonstra que a patrimonialização não se encerra com a criação de um memorial. O patrimônio permanece aberto a disputas de sentido, revisões e novas interpretações, especialmente quando diferentes sujeitos da comunidade identificam ausências, lacunas ou silenciamentos na narrativa institucional apresentada. Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo consiste em evidenciar, a partir de uma experiência institucional concreta, que a participação comunitária pode constituir um importante mecanismo de revisão e atualização da memória patrimonial. Demonstra, ainda, que a interpretação do patrimônio educativo pode atuar como instrumento de democratização das narrativas, ampliando a representação dos sujeitos e das experiências que compõem a memória institucional.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.
- GENTILINI, João Augusto. **Escola Dom Bosco: 50 anos**. Poços de Caldas: Gráfica e Editora Dom Bosco, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HAM, Sam H. **Interpretation: making a difference on purpose**. Golden: Fulcrum Publishing, 2013.
- MEMORIAL PADRE CARLOS. **Home**. Disponível em: <https://visite.museus.gov.br/instituicoes/memorial-padre-carlos/>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Arilda I. Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 74-94.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- TILDEN, Freeman. **Interpreting our heritage**. 4. ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas: continuidades e mudanças**. Lisboa: Educa, 2001.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Recebido em: 13 de julho de 2026.
Aceito em: 10 de outubro de 2026.